

OS MÚLTIPLOS CONCEITOS DE CULTURA

Rosana Maria dos Santos¹

Resumo: A cultura está além de uma herança genética, ela justifica as realizações humanas e determina comportamentos. Analisaremos neste artigo que a cultura é um conceito de sentidos múltiplos, podendo ser entendida, dentre outras maneiras: como a forma de organização social das comunidades, agregando diferentes práticas; como aquilo que homens e mulheres realizam manualmente e intelectualmente. Na contemporaneidade, a concepção de cultura transforma-se em um conceito impregnado de distinções, hierarquias e elitismos para um campo de significados em que se abre um amplo leque de possibilidades e sentidos. A cultura deixa, gradualmente, de ser sinônimo da tradição literária, artística e de padrões estéticos elitizados, e passa a contemplar também o modo de viver do povo. Desse modo, o conceito de cultura passa a ser visto tanto como forma de vida (ideias, atitudes, linguagens, práticas, instituições e relações de poder) quanto como todas as produções realizadas pelos indivíduos, tais como artefatos culturais, textos e mercadorias.

Palavras – chave: Cultura, Conceitos, História Cultural

Introdução

O início do século XX foi marcado pela crise das ciências naturais, a ideia de ciência tinha se tornado mais flexível, e, portanto, compatível à história. A rigorosidade científica imposta às ciências humanas substituiu o provável e a relatividade. Segundo Bloch (2001), as ciências humanas já não tinham mais a necessidade de renunciar à originalidade ou terem vergonha dela.

No século XIX, predominava a consolidação de determinados paradigmas que haviam conduzido para as certezas de que tudo já estava predito. Negava-se o processo de construção da investigação histórica, tudo já estava lá, pelas lógicas de explicações estabelecidas e consagradas, antes mesmo do trabalho de investigação ser iniciado. As hipóteses tornavam-se quase inexistentes, pois as explicações já estavam dadas, inviabilizando, a pertinência da pergunta e da dúvida, questões caras ao ofício do historiador.

Essas transformações no campo da história foram impulsionadas pelos Annales, sobretudo da terceira geração, que defendiam uma história em migalhas. Neste sentido,

¹Doutoranda em história pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). E-mail: rosanamaria.history@gmail.com.

a terceira geração dos Annales não acreditava mais ser possível uma história global, em que o ofício do historiador daria conta de tudo. A primeira geração dos Annales expressava a ambição científica da história e um otimismo quanto a essa possibilidade. Já a segunda geração revelava o abandono dessa ambição e o reconhecimento das dificuldades quase insuperáveis desse projeto. A terceira geração prefere abordar a história e sua multiplicidade não-totalizante, entendendo que não há articulação global, não há interpretação de todos os fatos, não há historiador capaz de um olhar absoluto (REIS, 2019).

A história dos Annales era uma “nova história” porque era conduzida por construções teóricas elaboradas e explícitas. Foi por se tornar uma “empresa teórica” que se opôs à velha história dita positivista. O historiador mudou de posição e de disposição: se antes era proibido, em tese, de aparecer na pesquisa, o que é uma interdição impossível de ser cumprida, agora, ele é obrigado a aparecer e a explicar a sua estrutura teórica, documental e a técnica e o seu lugar social e institucional (REIS, 2019,p.21).

A história política e a econômico-social não seriam mais as dimensões privilegiadas, devendo a história tratar de todas as dimensões do social humano: o econômico, o social, o cultural, o religioso, o imaginário, a sexualidade, o familiar e o simbólico. O pós – guerra revelou uma dinâmica social mais complexa, com a entrada de novos grupos, e conseqüentemente, portadores de novas questões e interesses. Os modelos correntes de análise, não davam mais conta da diversidade social (PESAVENTO, 2012).

A priori, duas posições interpretativas da história foram criticadas: os Annales e os Marxistas. Contudo, vale salientar que as críticas e contestações a certas posturas historiográficas não representaram uma ruptura completa com os *modus operandi* da historiografia. Pois, é inegável que o marxismo inglês e a história francesa dos Annales impulsionaram a renovação, resultando nessa abertura da corrente historiográfica que ficou conhecida como a Nova História Cultural. Segundo Sandra Pesavento (2012, p.14),

Por vezes, se utiliza a expressão Nova História Cultural, a lembrar que antes teria havido uma velha, antiga ou tradicional História Cultural. Foram deixadas de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixadas para trás concepções que opunham a cultura erudita à cultura popular.

A historiografia brasileira no final dos anos de 1980 era dominada por uma postura marxista de entendimento da história. Os autores mais utilizados no âmbito acadêmico eram: Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr. O materialismo histórico era visto como a postura teórica que melhor dava conta da realidade brasileira, imersa desde 1964, em um regime militar autoritário que se estendeu em um lento processo de abertura política na de 1980 (ORTIZ, 2006).

Ao longo dos anos de 1980, as universidades do país ainda utilizavam as formas mais antigas e arcaicas da produção historiográfica, por meio de posturas que se aproximavam do que poderíamos chamar de positivistas, entendendo a história como um processo contínuo, linear e racional. No entanto, estas concepções historiográficas não se autodenominavam positivistas, entendendo-se apenas como científicas (REIS, 2019).

Na década de 1990, essa maneira de fazer história passou a ser duramente questionada no Brasil. É nesse período que a historiografia brasileira passa por vultosas transformações. A Nova História Cultural, que tinha como entendimento que a história não poderia está apenas ligada ao campo da intelectualidade do pensamento ou até mesmo algo voltado para os antigos modelos do fazer historiográfico, ela deve ser pensada, antes de tudo, como “um conjunto de significados” construídos e partilhados pelo homem para explicar o mundo (PESAVENTO, 2012).

O interesse da historiografia sobre o cotidiano dos centros urbanos e suas políticas públicas de fomento à cultura começa a ser visto na sua amplitude, seriedade e complexidade com o desenvolvimento da história cultural, quando houve um crescente empenho pelo estudo do tema, embora alguns historiadores, antropólogos e cientistas sociais não conseguissem, de início, ver a magnitude e a riqueza presentes no estudo dos comportamentos, atitudes e valores existentes na sociedade.

Pesavento (2012) destaca que a História Cultural pretende entender a realidade do passado a partir de suas interpretações, em que “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”. Desse modo, a proposta da História Cultural busca entender a realidade do passado através de suas representações, numa tentativa de aproximar-se das formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a partir das suas práticas cotidianas e subjetivas.

Pesavento propõe uma nova forma de fazer história, em que a normatividade, as leis e modelos que regem a sociedade não são “abolidos”, mas sim problematizados. A autora destaca que a história cultural objetiva entender a realidade do passado, e é a partir de suas interpretações que indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 1995).

A proposta da História Cultural busca entender a realidade do passado através de suas representações, numa tentativa de aproximar-se das formas discursivas e imagéticas, pelas quais homens e mulheres expressaram-se a partir das suas práticas cotidianas e subjetivas. Sobre a narrativa histórica e o ofício do historiador a autora corrobora com a ideia de que a história estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas.

[...] no campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas (PESAVENTO, 2012, p. 51).

Já a história sócio cultural buscou consolidar-se a partir dos estudos das diferenças, das desigualdades, das relações sociais, das relações de poder, não limitando-se somente ao ler ou ver, mas buscando redescobrir e problematizar gestos e hábitos que durante muito tempo foram esquecidos e silenciados. O historiador passava a explorar aquilo que Pesavento vai denominar de ‘silêncios’. E para que essas questões fossem problematizadas fazia - se necessário encarar novas fontes, tais como: jornais, processos criminais, registros policiais e as festas. Neste contexto, não é possível entender uma história cultural desconectada de uma história social, posto que as representações são produzidas a partir de papéis sociais. Para Chartier,

A história sociocultural aceitou durante muito tempo (na França), uma definição redutora do social, confundido exclusivamente com a hierarquia das fortunas e das condições, esquecendo que outras diferenças, fundadas nas pertenças sexuais, territoriais ou religiosas eram também plenamente sociais e susceptíveis de explicar, tanto, ou melhor, do que a oposição entre dominantes e dominados, a pluralidade das práticas culturais. (CHARTIER, 1990. pp.134-135).

Para Hall (1997, p. 23), “toda ação social é cultural, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação”.

Em resumo, toda ação social tem uma dimensão cultural, assim como toda ação econômica e política.

A cultura e seus conceitos

Além das discursões sobre a história cultural e seus campos de investigação, surgiu também uma preocupação sobre o conceito de cultura, que nos últimos anos tem sido objeto de investigação de diversos historiadores, antropólogos e sociólogos. Segundo Koselleck, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são mais complexos do que faz supor a sua compreensão como comunidades linguísticas. A história dos conceitos põe em evidência a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes.

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentidos (KOSELLECK, 2006, pp. 108-109).

Para o historiador José D'Assunção Barros, o conceito não é uma despreziosa palavra nem tão pouco ela é apenas uma unidade de comunicação. A vontade do conceito se afirmou como expressão do desejo de enfrentar a estonteante velocidade com a qual todas as coisas se dissipam: *“Quero trazer mais uma vez o exemplo da história, entre as demais Ciências Humanas, por ser este campo de saber que mais corre o risco da banalidade, caso seus praticantes não se façam valer de um adequado aparato conceitual”* (2016, p.49).

No século XVIII, o termo cultura sempre era utilizado no singular, além disso, entendia-se que a cultura era própria do homem, e revelava a distinção de povos ou de classes. O conceito de “Cultura” estava plenamente ligado à ideologia do iluminismo: a palavra é associada às ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época (GODOY; SANTOS, 2014).

O conceito de Cultura se deu pós-evolução semântica da palavra Cultura, que ocorreu na língua francesa no século XVIII, e só depois se difundiu, por empréstimo linguístico, às línguas alemã e inglesa. O

termo “cultura” no sentido figurado começa a ser utilizado, com mais frequência, no século XVIII, inicialmente, seguido de um complemento, “cultura das artes”, “cultura das letras”, “cultura das ciências”, como se fosse necessário que a coisa cultivada estivesse explicitada; em seguida, para designar a “formação”, a “educação” do espírito; e posteriormente, num movimento inverso, deixa de ter o significado de “cultura” como ação (ação de instruir) e passa a “cultura” como ‘estado do espírito cultivado pela instrução, estado do indivíduo que tem cultura’ (CUCHE, 2002 *apud* GODOY e SANTOS, 2014, pp.17-18).

O conceito de cultura, em termos universais, foi definido pela primeira vez por Tylor, porém o que ele fez foi formalizar uma ideia, ou melhor, um conceito sobre cultura que já havia sido problematizado por Jonh Locke (1632-1704) que escreveu *Ensaio acerca do entendimento humano*. Nesse livro, Locke procurou demonstrar que a mente não é mais que uma caixa vazia (quando nascemos), dotada apenas da capacidade ilimitada de obter conhecimento, através de um processo que chamado endoculturação. Tylor ficou conhecido por problematizar a concepção universalista da cultura, entendida como: “um conceito complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (LARAIA, 2001).

O sociólogo Zygmunt Bauman também traz importantes contribuições para entendermos o conceito de cultura ao longo do tempo. Na obra: ‘*Ensaio sobre o conceito de cultura*’, Bauman defende a tese de que o conceito de cultura pode ser definido por três universos de discursos distintos: a cultura como conceito hierárquico, a cultura como conceito diferencial e a cultura como conceito genérico.

Na cultura como conceito hierárquico, o sociólogo entende que é a sociedade que faz a distinção entre pessoas cultas (educadas, providas de cultura) e incultas (sem cultura). Bauman defende que existe uma natureza ideal do ser humano, e a cultura, nesse caso, significa um esforço consciente e prolongado para atingir esse ideal. No entendimento da cultura como conceito diferencial, ele problematiza as diferenças de costumes e hábitos entre os diversos povos, comunidades ou até mesmo entre as regiões de um determinado país. Já na cultura como conceito genérico, o ser humano deve ser observado como um todo, um ser em transformação, com pensamentos e comportamentos variáveis e complexos.

Para Bauman o conceito de cultura, quaisquer que sejam suas elaborações específicas, pertence à família dos termos que representam a *práxis* humana. A cultura é uma ação empírica e de caráter experimental, em que o ser humano, por meio dos conhecimentos adquiridos, narra suas experiências através da oralidade e da escrita: “a cultura é a única faceta da vida e condição humana que o conhecimento da realidade e o interesse do ser humano pelo auto aperfeiçoamento e pela realização se fundem em um só”(BAUMAN, 2012.p.300). Desse modo, a cultura é singularmente humana no sentido de que só o homem, entre todas as criaturas vivas, é capaz de desafiar sua realidade e reivindicar um significado mais profundo, a justiça, a liberdade e o bem, seja ele individual ou coletivo.

O sociólogo advoga que a cultura é inimiga da alienação. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo: “a cultura é um audacioso movimento do homem no sentido de se libertar do domínio da necessidade de conquistar a liberdade para criar”. Ou seja, você não precisa ser livre para poder criar. Você cria para ser livre (BAUMAN, 2012.p.301).

Ampliando o conceito de cultura, o sociólogo Pierre Bourdieu analisa conceitos e categorias que constituem valiosas contribuições para as pesquisas nos campos culturais e educacionais, impregnando, com seu alto poder explicativo, boa parte das análises brasileiras sobre as condições de produção e de distribuição dos bens culturais e simbólicos.

Para se referir ao poder e prestígio que os indivíduos ganham pela apropriação material ou simbólica dos bens culturais, Bourdieu elabora o conceito de capital cultural. Na sua teoria, a cultura legitima, ao conferir poder e *status* aos sujeitos, e passa a ser considerada um instrumento de distinção. Os indivíduos seriam classificados a partir do tipo de bem cultural que consomem, produzem ou apreciam (BOURDIEU, 2007).

Neste sentido, a cultura para Bourdieu é a hipótese clara e evidente de composição de uma estruturação simbólica do poder. (BOURDIEU; 1989).

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções

(hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. Este efeito ideológico produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante. (BOURDIEU 1989, p. 11)

Para problematizar os estudos sobre a cultura e suas relações de poder simbólicas, Bourdieu conceitua distinção como uma denúncia e, ao mesmo tempo, uma inspiração para um modelo de compreensão dos mecanismos sociais e culturais, que retira os fatores econômicos do epicentro das análises da sociedade porque remete as práticas de consumo culturais a uma estrutura relacional. Para o sociólogo, desde cedo o homem busca estabelecer que as práticas culturais junto com as preferências em assuntos como arte, educação, música, preferências políticas, entre outros, estão ligadas ao nível de instrução, capital acumulado e herança familiar (BOURDIEU, 2007).

No Brasil, existem várias linhas de análise sobre o movimento do campo da cultura. Grande parte da produção intelectual brasileira ainda tem como referencial teórico as produções sobre os estudos culturais europeus. Não houve um esforço intelectual para formular um conceito sobre cultura partindo das multiplicidades e diversidades culturais existentes no Brasil. Segundo Lúcia Lippi (2008), o caminho percorrido pela interpretação da cultura no Brasil não foi nem é, linear. Oscilou ao longo do tempo, em determinados momentos os intelectuais estavam mais ligados ao que acontecia lá fora, sobretudo, na Inglaterra e na França, e por isso temos mais trabalhos que problematizam a “formação” do povo brasileiro e a identidade nacional.

Uma obra que merece destaque ao formular um conceito sobre cultura é a do sociólogo Roque de Barros Laraia, no livro ‘Cultura um conceito antropológico’. Embora escrito na década de 1980, a obra é constantemente lida e discutida nos ambientes universitários, o que revela a falta de publicações sobre o conceito de cultura, tendo como abordagem a realidade brasileira. Laraia entende que cultura é um processo complexo, que nasce da interação entre os homens, sendo possível por meio do desenvolvimento da inteligência, domínio dos símbolos e dos meios de comunicação entre os indivíduos. O livro problematiza um tema que está sempre em discussão dentro das ciências humanas e sociais, fazendo com que as pessoas compreendam a importância da Cultura para o ser humano e sua vida em comunidade. Por fim, Laraia compreende que a Cultura é influenciada pelos homens, por isso é um processo complexo e em contínua transformação.

Considerações Finais

Como analisamos, a importância da cultura na vida social e material é vista não apenas como reflexo da vida econômica ou como dependente das ideologias, mas como algo que é fundamental para existência humana. A cultura está presente em vários modos de viver. Para entendermos os múltiplos conceitos de cultura, faz-se necessário fazermos uma analogia com o conceito de diversidade. A diversidade cultural refere-se à cultura como objeto do conhecimento empírico, que reconhece costumes e conteúdos culturais produzidos pelo homem em sociedade.

A expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural. Passamos de uma sociedade dispersa, com várias comunidades e com culturas tradicionais, locais e homogêneas, para uma sociedade onde a oferta simbólica é heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Os Conceitos**: seus usos nas ciências humanas. 1. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

_____. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

_____. **O poder simbólico**. Ed. Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro. 1989.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas** : estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: edusp, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **A invenção do cotidiano**. 1: artes de fazer. 20ª Ed. São Paulo: Vozes, 2013

_____. **A cultura no plural**. São Paulo: Papirus, 1995.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. **Um olhar sobre a cultura**. Educação em Revista, Belo Horizonte, Fae/ufmg, v. 30, n. 3, p. 15-41, 2014.

HALL, S. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, Porto Alegre, n. 2, v. 22, p. 5, 1997.

LARAIA, Roque de Barros, 1932. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; L. **Cultura é Patrimônio**. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2008.

REINHART, Koselleck. **Futuro Passado: contribuições a semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: contraponto, 2006.p.97-190.

REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.